

Bioética da intervenção

Interessei-me pela Bioética logo que deixei as atividades de intensivista no CTI da Santa Casa.

Estava meio perdido, sem aquela necessidade imperativa de saber o que estava acontecendo com os doentes sob a minha responsabilidade, ou melhor, sem a idéia fixa sobre “pacientes graves”.

Naquela época, eu trabalhava no IPSEMG, e, nas horas livres, refugiava-me no Centro de Estudos, onde havia e ainda há uma bela biblioteca.

Certo dia, dei de cara com as primeiras revistas da Sociedade Brasileira de Bioética, publicadas em 2004, 10 anos após a fundação da mesma sociedade. O pensar a prática de saúde sob um ponto de vista moral, filosófico foi estimulante.

Já tivera contato com a história da Bioética nos EEUU, na França, na Alemanha, mas a tal **Bioética principialista** que invadiu aqueles países na década de oitenta, insiste em trazer à discussão temas repetitivos sem se aprofundar nas questões éticas e morais. Nessas obras iniciais, a ética biomédica aparece apenas como um mosaico de experimentações sobre o homem: autonomia dos pacientes na participação dos experimentos de pesquisa, os cuidados paliativos, transplantes de órgãos, procriações medicamente assistidas (PMA), poderes da genética, utilização das neurociências etc. etc. Elas não suscitam debates sobre as escolhas morais, não levantam questões decisivas, justificando-se apenas pela análise de fatos científicos. A produção de livros, de centenas de revistas, de milhares de artigos, inundou o mercado, sem se preocupar em informar e educar o público. O que se viu, nos impressos e nos congressos, foi uma exposição pública de ética biomédica que não introduziu no pensar ou na prática bioética a função primordial de “**despertar e vigiar**”.

A Bioética, nessa abundância documental com essa apresentação especializada, literária, repetitiva e muitas vezes contraditória, longe de ganhar uma opinião pública esclarecida, participante, questionadora, especialmente aqui no Brasil, permanece na sua redoma elitista, distanciada do “ser humano”, seu próprio sujeito e objeto.

Por uma questão de evolução sociopolítica, pelo acesso irrestrito aos acontecimentos globais e ao “conhecimento”, multiplicam-se os círculos dos conhecedores da filosofia, assunto que permeia as disciplinas que se interagem eticamente, recriando a Bioética em favor de uma medicina contemporânea.

Passando a ser uma preocupação pública, a premissa dessa nova Bioética exige o pensar as necessárias transformações da Medicina e de suas práticas, em respeito ao “ser humano” com direito à vida digna e não só à sobrevivência.

”Apresemos-nos a tornar a filosofia popular”, já dizia Diderot, iluminista francês, (1713-1784). É o ponto de partida dessa transformação.

A partir da premissa e da introdução do conceito de equidade, conceito que significa tratar desigualmente aos desiguais, é apresentada uma proposta de uma **Bioética Intervencionista**, em defesa dos interesses históricos da população economicamente e socialmente excluídas do processo do desenvolvimento mundial.

Assim, ampliando os horizontes da ética, esbarramos na política. Segundo Volney Garrafa e Leo Pessine, “o uso predatório dos recursos naturais, incluindo os seres humanos, escraviza o ventre do futuro para deleite de uns poucos que não hesitam em usar a violência para manter seus privilégios.”

A desigualdade de acesso das pessoas aos bens de consumo básico, indispensáveis á sobrevivência humana com dignidade, entre outros aspectos, passa a ser parte

obrigatória da pauta dos pesquisadores que desejam trabalhar com uma Bioética transformadora, comprometida e identificada com a realidade dos "países em desenvolvimento".

O propósito desta mensagem, portanto, é tentar avançar no contexto internacional, a partir da América Latina, com um novo enfoque, uma nova realidade de diferentes dilemas, entre os quais;

Autonomia versus Justiça/Equidade;
Benefícios individuais versus Benefícios coletivos, Individualismo versus Solidariedade,
Omissão versus Participação;
Mudanças superficiais e temporárias versus Transformações concretas e permanentes.

Esse mundo desigual, no qual uns têm a possibilidade de sentir prazer enquanto a outros resta a probabilidade de sofrimento, justifica uma Bioética de intervenção.

As propostas do "PUT PEOPLEFIRST" ou "**SALVAR A SOCIEDADE PRIMEIRO**", marcha que reuniu 35000 pessoas, em Londres, no ultimo dia 28/03/09, reivindicando mudanças, grandes transformações, e que tem agenda programada para o próximo ano, são parte da minha e talvez da nossa utopia.

Eis a versão portuguesa da plataforma de doze pontos do movimento.

I- Salvar primeiro as pessoas: assegurar governança democrática da economia:

1. Obrigar os paraísos fiscais a respeitarem as normas internacionais rigorosas
2. Promover reformas amplas no sistema de direção e governança do banco mundial e FMI
3. Tornar todas as instituições financeiras, produtos financeiros e empresas transnacionais transparentes e sujeitas a prestação públicas de contas.

II- Empregos: ocupações decentes e serviços públicos para todos:

4. Promover investimentos maciços num ideal verde, para construir uma economia sustentável, baseada em trabalho decente e remuneração justa.
5. Fortalecer os orçamentos destinados aos serviços públicos.
6. Agir para assegurar recursos de emergência para todos os países que deles necessitam se exigir contrapartidas e condicionalidades prejudiciais às sociedades.

III- Justiça: acabar com a pobreza e a desigualdade globais

7. Destinar, até 2013, ao menos 0,7% da renda nacional dos países ricos para o apoio ao desenvolvimento, e de forma mais eficaz; pressionar para o cancelamento de todas as dívidas ilegítimas ou impagáveis dos países do sul.
8. Assegurar que os estados mais pobres tenham condições de gerir suas economias, inclusive controlando os fluxos externos de capital financeiro.
9. Interromper as pressões para que os países em desenvolvimento liberalizem e desregulem suas economias; na tentativa de retomar a rodada de Doha, rejeitada diversas vezes por estas nações.

IV- Clima: Construir uma economia verde

10. Além do "new" verde (recomendação 4), introduzir as regulamentações robustas e os incentivos financeiros necessários para construir uma economia verde.
11. Promover, na conferencia de Copenhagen um acordo que assegure cortes substanciais e comprováveis nas emissões de gases do efeito-estufa, de forma a evitar que o aquecimento terrestre ultrapasse 2 graus cent.

12. Assumir compromissos com novas e substanciais transferências de recursos do norte para o sul, para apoiar as adaptações energéticas e o desenvolvimento nos países.

Aos intensivistas informamos que, há 15 anos, a Bioética está indexada no banco de dados da LILACS.

As centenas de artigos publicados refletem as preocupações com a ética social dentro da Bioética e o aprofundamento dessas questões nas práticas de saúde.

Valmy Lessa Couto Filho

Departamento de Bioética e Humanização Somiti

Vice Presidente da Comissão Ensino de saúde para comunidade. Somiti